

CIRCULAÇÃO NACIONAL

JORNAL

MAGISTRATURA & TRABALHO

ANO IX - Nº 69

Órgão Oficial da Associação
dos Magistrados da
Justiça do Trabalho
da 2ª Região

Edição Especial Eleições 2008

Eleições para Diretoria da AMATRA-SP biênio 2008-2010



Participação Democrática

Dra. Luciana Bertocco

*"É importantíssimo rever a segregação
que existe hoje entre titulares e
substitutos. Nós temos que unir e a
palavra associação já remete a isso."*



União e Força

Dra. Sonia Lacerda

*"O associado é prioridade, a AMATRA-SP
tem esse foco. O nosso maior investimento
é o associado. Em todas as áreas. O social,
o cultural, benefícios e o institucional."*

X

12 de março de 2008

CAIXA
Para você. Para todos os brasileiros



SUMÁRIO

**Editorial**

Palavra do Presidente
pág. 3

**Plataforma**

Participação Democrática
pág. 4

União e Força
pág. 5

Entrevista

Dra. Luciana Bertocco
pág. 6

Dra. Sonia Maria Lacerda
pág. 10

Debate

Dra. Sonia Maria Lacerda
responde às perguntas da
Chapa Participação Democrática
pág. 14

Dra. Luciana Bertocco
responde às perguntas da
Chapa União e Força
pág. 16

Composição

Chapa Participação Democrática
pág. 18

Chapa União e Força
pág. 19

AMATRA-SP**ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO.**

Av. Marquês de São Vicente nº 235 – Bloco B 10ª and. – São Paulo – SP – 01139-001
Telefones: (011) 3392-4727 / 4997 / 4996

www.amatra2.org.br

comunicacao@amatra2.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA**Presidente**

GABRIEL LOPES COUTINHO FILHO

Vice-Presidente

TÂNIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS

Diretora Cultural

MARIA DE FÁTIMA ZANETTI

Diretor Secretário

THIAGO MELOSI SÓRIA (até nov./2007)

Diretora Social

SORAYA GALASSI LAMBERT

Diretor Financeiro

EDILSON SOARES DE LIMA

Diretora de Benefícios

SONIA MARIA LACERDA (até nov./2007)

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS**Titulares**

LUIZ ANTONIO MOREIRA VIDIGAL
LUCIO PEREIRA DE SOUZA
FERNANDO CÉSAR TEIXEIRA FRANÇA

Suplentes

CÁTIA LUNGOV
LILIAN GONÇALVES
LUCIANA BEZERRA DE OLIVEIRA

CONSELHO FISCAL**Titulares**

RONI GENÍCOLO GARCIA
SAINT-CLAIR LIMA E SILVA
FERNANDO MARQUES CELLI

Suplentes

RICARDO CESAR ALONSO HESPAHOL
MARIA DE FÁTIMA DA SILVA
RICARDO VERTA LUDUVICE

IMPRENSA**Conselho Editorial Coordenadores**

Gézio Duarte Medrado
Maria de Fátima Zanetti

Conselheiros

Soraya Galassi Lambert
Paulo Kim Barbosa
Lúcio Pereira de Souza

Produção

Entrelinhas Comunicação
www.entrelinhas.net

Fotos

Bruna Callegari e WR audiovisual

Diagramação

Carlos Alberto Martins

Editoração e Fotolito

Ameruso Artes Gráficas (11) 6215-3596
ameruso@ameruso.com.br

Impressão

Ativa/M Editorial Gráfica - (11) 6602-3344

ELEIÇÕES NA AMATRA-SP

A maior associação regional de juízes do Trabalho do Brasil enfrenta eleições para renovação de sua diretoria executiva, comissão de prerrogativas e disciplina além do conselho fiscal. Impossível afastar a alegria de ser incluído nesse momento histórico. Porém, ao lado dessa satisfação, surge a serenidade que prenuncia uma situação de alta responsabilidade social.

Essas eleições são particularmente importantes porque elas definem alguns rumos que a AMATRA-SP deverá cursar, especialmente no que diz respeito à melhoria das condições de trabalho de nossos magistrados da 2ª Região.

Tenho especial atenção para com os projetos de ampliação de nossos quadros de juízes de 1º e 2º graus, além de funcionários especialmente dedicados às nossas atividades fim, auxiliando-nos nas nossas árduas tarefas diárias. Tenho especial atenção também para a forma de construção de nossas relações institucionais como meio de alcance de vitórias para as nossas lutas.

Por fim, tenho relevante atenção para a forma de construção de nossas relações internas, entre associados, processo de construção de uma entidade forte, como é nossa vocação. Quem quer que vença as eleições que se aproximam não poderá se afastar dessas inquietações, defendendo a posição que as urnas decidirem.

Lembro também que o trabalho associativo é de doação ao coletivo e, sob essa premissa, toda candidatura exige respeito. E, reciprocamente, nenhum projeto vinga em nosso seio

se não houver esse compromisso de respeito com a comunidade. E todo resultado de eleição livre de magistrados merece maior respeito ainda, pois materializa a vontade de uma comunidade altamente politizada, de grande sensibilidade humana e que percebe profunda e claramente as ações, intenções, posturas e compromissos dos candidatos.

É com esse objetivo que a AMATRA-SP se propõe a realizar uma edição especial do seu Jornal Magistratura & Trabalho para apresentar os colegas que concorrem pela direção de nossa entidade.

Esse Jornal M&T deve colaborar para a melhor decisão dos eleitores. Como? Basta que os colegas o considerem com a atenção e o carinho habitual que dedicam a esse tema, separando as idéias e examinando as trajetórias e históricos dos componentes das chapas, suas atuações, conquistas e feitos. A soberania da vontade de nossa coletividade se expressa sabiamente com seu voto consciente e construtivo.

Desde já cumprimento os colegas membros das duas chapas inscritas, felicito quem vier a vencer as eleições e registro meu comprometimento pessoal com os ideais de nossa associação no futuro.

Que seu voto seja feliz para o bem de todos!

“O trabalho associativo é de doação ao coletivo e, sob essa premissa, toda candidatura exige respeito. E, reciprocamente, nenhum projeto vinga em nosso seio se não houver esse compromisso de respeito com a comunidade.”

Gabriel Lopes Coutinho Filho
Presidente da AMATRA-SP



PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA



“A Justiça [Trabalhista de São Paulo] é a que mais arrecada e é a mais barata. Esse grande número de processos prejudica tanto os magistrados quanto os trabalhadores.”

Valorização do tempo de serviço – Luta pelo ATS – Prestigiar o tempo de serviço do magistrado na luta incessante pelo restabelecimento do ATS – Adicional por Tempo de Serviço. O adicional em referência é um reconhecimento ao magistrado que dedicou grande parte de sua vida à Justiça e incentivo à carreira. Está em fase final o texto da Anamatra para o projeto de Emenda Constitucional que restabelece o ATS e é compromisso de nossa chapa a atuação incansável e vigilante para sua aprovação.

Recomposição anual dos subsídios – Lutar pela recomposição anual dos subsídios da Magistratura, atuando em parceria com as associações nacionais.

AMATRA-II e a administração do TRT –

Tornar eficaz a luta por assento e voz nas sessões administrativas do TRT.

Pauta referência + Critérios objetivos de designação de juízes + Auxílio permanente – Recuperar a luta conjunta pela pauta referência, por critérios objetivos de designação/convocação de juízes e pelo auxílio permanente às varas da capital, em cumprimento do que já decidiu a Assembléia.

Melhoria do setor de apoio aos juízes substitutos – Diligenciar por melhores e mais seguras instalações, por maior número de postos de trabalho e por facilidade de acesso ao setor de apoio.

Assistente vinculado ao juiz substituto – Buscar a verdadeira implementação do cargo de segundo assistente de juiz, para vinculá-lo ao substituto.

Estimular a união entre juízes – Substituir reuniões setoriais informais – hoje praticadas entre substitutos e titulares em dias diferentes – por assembléias gerais mais frequentes.

Processos judiciais – Privilegiar a atuação de forma coletiva, visando a beneficiar a todos igualmente por decisões judiciais, com o menor custo possível para a Associação.

Projetos de Lei – Em parceria com o Tribunal, manter absoluto empenho nos projetos dos 141 cargos de juízes substitutos e dos 30 cargos de desembargadores. Pugnar incessantemente também pela criação de Varas do Trabalho em São Paulo, o que se mostra solução mais definitiva para as necessidades da Região.

CNJ – Manter, em conjunto com as associações nacionais, vigilância rígida sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça para que não ultrapasse os limites constitucionais de sua competência.

Segurança – Obter efetivas condições de segurança nos fóruns da 2ª Região, pois a segurança hoje é bastante precária tanto na capital, quanto no interior.

Atuação em âmbito nacional – Anamatra – Retomar o espaço político da AMATRA-II junto à Anamatra.

Atuação em âmbito nacional – AMB – Defender os interesses da Justiça do Trabalho no seio da AMB, atuando em parceria com a entidade na luta por interesses comuns.

Obrigações estatutárias – Cumprir fielmente todas as decisões soberanas das assembléias.

Presidente da Associação – Quando convocada, pessoal ou institucionalmente, a presidente participará de todas as reuniões na qualidade de presidente da Associação. Responder prontamente às indagações dos associados e retomar a participação da presidente da AMATRA-II, nas reuniões das associações nacionais.

Isonomia entre ativos e aposentados –

Lutar sempre pela isonomia de tratamento entre ativos e aposentados no tocante a pagamentos feitos por ordem judicial ou administrativa.

Democratização das informações – Dar divulgação às reuniões da diretoria e de suas deliberações, que são segredos de Estado nos últimos quatro anos, é missão que a chapa propõe-se a desenvolver.

Melhor organização e administração do dinheiro da Associação – Redimensionar os gastos da associação, racionalizando-os e otimizando-os; publicar balancetes, especificando despesas e receitas – inclusive de patrocínios – com clareza.

Formação dos magistrados – Prioridade da AMATRA-II – Assumir atividades de formação, atualização e aperfeiçoamento dos juízes, aproximando a AMATRA-II, efetivamente, da Escola da Magistratura da 2ª Região e da Escola Nacional da Magistratura do Trabalho.

Veículos da AMATRA-II – Repaginar e atualizar com periodicidade o site da AMATRA-II, tornando-o útil e interessante; organizar um banco de sentenças e acórdãos, para acesso na área restrita do site da Associação; criar arquivo de teses de mestrado e doutorado, para fácil consulta dos colegas na área restrita do site; implementar projeto de revitalização da biblioteca; retomar a edição da revista da AMATRA-II e revitalizar o jornal Magistratura e Trabalho.

Café com Jurisprudência – Lançar o Café com Jurisprudência: reunião dos colegas num café da manhã ou da tarde, para debate informal de teses jurídicas presentes no cotidiano forense.

Encontro anual – Redemocratizar a escolha do local do encontro anual, para aumentar a participação dos associados.

Qualidade de vida – Manter encontros de qualidade de vida, implementando ações de médio prazo, para que os benefícios do encontro permeiem os meses seguintes da vida dos participantes.

Lanche – Aprimorar a oferta de refeições de boa qualidade no lanche da AMATRA-II.

Boca-livre – Promover com maior frequência bocas-livres na sede e recuperar a prática dos bocas-livres fora da sede.

Cinema – Restabelecer sessões de cinema na sede da Associação.

Benefícios – Ampliação e aprofundamento – Ampliar e aprofundar os convênios, em prol do lazer, estudos e saúde.

Previdência Complementar – Assessorar e apoiar os magistrados no enfrentamento da Previdência Complementar Pública, na forma da Emenda Constitucional da Previdência.

Pilates e Ioga – Pilates ou ioga no final da tarde na sede da Associação.

UNIÃO E FORÇA

A principal razão de existência da AMATRA-SP é a luta institucional pela valorização do Poder Judiciário e de seus juízes, em especial da Justiça do Trabalho na 2ª Região.

Assim, a entidade continuará se engajando nas lutas pela efetiva democratização do Poder, pela maior participação do conjunto dos magistrados na sua estrutura, pela criação de mecanismos efetivos de objetividade nas decisões administrativas, em especial naquelas que interfiram na atividade jurisdicional ou na vida profissional dos juízes.

A luta pela eleição direta dos órgãos dos Tribunais, a ampliação do colégio de desembargadores elegíveis, o assento e voz da AMATRA-SP nas sessões administrativas, os critérios objetivos de promoções e designações de juízes, entre outros, são elementos importantes nessa democratização.

Além disso, o fortalecimento da magistratura também passa por um plano remuneratório com reajuste periódico dos subsídios, reinstituição do ATS, atuação forte no Congresso Nacional, no CNJ, nos Tribunais e em outros órgãos.

A independência do magistrado no exercício jurisdicional é prerrogativa inalienável da própria profissão e deve ser objeto de defesa intransigente, não apenas nos aspectos específicos das prerrogativas, mas também no que concerne a questões administrativas que possam interferir nessa liberdade.

A AMATRA-SP, nas gestões da União e Força, vem desenvolvendo um importante esforço para melhorar as condições de trabalho e, por consequência, a qualidade da prestação jurisdicional.

Assim, criamos e continuaremos o projeto de qualidade de vida, persistiremos na luta pela pauta referência, pela designação de auxiliares fixos em cada vara ou em grupos delas, pela aprovação dos projetos de criação 141 cargos de juízes substitutos, cargos de desembargadores, de assistentes para os juízes substitutos e de assessores no TRT e pela melhoria do plano de saúde.

Provocamos a criação pelo TRT do setor de apoio dos juízes substitutos e lu-

taremos pela mudança e melhoria de suas instalações.

A União e Força, ciente da importância da participação do associado na administração da entidade, insistirá, dentro dos limites estatutários, na realização de plebiscitos, assembleias, reuniões, pesquisas, debates e continuidade do projeto "AMATRA dialoga com associados". Além disso, é essencial o constante incentivo à união entre os colegas dos diversos graus da carreira.

A comunicação, como forma de buscar o debate institucional, o aprofundamento do estudo do Direito e prestar esclarecimentos à sociedade deve continuar sendo valorizada, através de ações como a reestruturação do site, constante evolução dos periódicos publicados pela Associação e incentivo às discussões pelos mais diversos meios.

As gestões da União e Força primaram pelos momentos de alegria, com atividades sociais que marcaram a busca da união entre os colegas. Manteremos o mesmo trabalho, procurando sempre novas opções.

Na atual gestão o trabalho foi intenso na área de benefícios, o que resultou na realização de excelentes convênios e aproveitamento de oportunidades momentâneas colocadas à disposição do Associado. Pretendemos manter este trabalho, ampliando as alternativas.

Como exemplo de efetivo reconhecimento da importância do aposentado, juízes jubilados integram a chapa na própria diretoria executiva. A valorização dos colegas jubilados se faz com atos concretos, concedendo-lhes o devido espaço de representação, o que propicia atenção aos mesmos em todos os projetos da entidade e a criação de programas específicos.

Atualmente, é preciso voltar os olhos para algumas graves dificuldades pontuais vividas em algumas comarcas, que possuem enorme volume processual e carecem de condições condignas de conforto e segurança, utilizam material defasado, possuem problemas estruturais, etc.

É preciso que a Administração do TRT/SP estabeleça critérios objetivos que garantam a proporcionalidade dos recursos materiais e humanos, de confor-



"Quando eu falo em grupo, eu falo dos juízes, que têm que ser unidos. Temos que buscar essa união em prol dos objetivos comuns, já que tratamos de interesses convergentes."

midade com o volume processual enfrentado pelos colegas, inclusive no que diz respeito à designação de juízes auxiliares. Além disso, o trabalho em ambiente com ar-condicionado e mobília ergométrica deve ser garantido a todos os magistrados, sem exceção.

É necessário e vital que haja segurança adequada e eficiente para juízes, servidores e usuários de nossas instalações. A existência de detectores de metais já é realidade em fóruns de outros ramos do poder judiciário. Além disso, é obrigatória a existência de um serviço médico que dê suporte a uma estrutura de tamanha dimensão.

DRA. LUCIANA BERTOCCO



“Nesses últimos anos houve um sensível esvaziamento político. E a assembléia é a melhor ocasião para se debater idéias e ouvir a opinião contrária.”

JM&T – Na sua trajetória profissional, quais elementos a sra. considera importantes para administrar e estar à frente da AMATRA-SP?

Dra. Luciana – Eu sou formada desde 1994. Advoguei por três anos e sou juíza da 2ª Região desde 1997. Fiquei nove anos e três meses como juíza substituta. Durante esses anos, percorri praticamente todas as cidades da 2ª Região e isso me deu condições de conhecer de perto as necessidades dos tribunais. Após isso, fui promovida a juíza titular, onde estou há um ano e meio. Nesse período, tive contato de perto com a realidade do juiz titular, que é bem diferente do juiz substituto, no que diz respeito à administração de pessoal, secretaria da Vara, além dos problemas tradicionais de pauta e de jurisdição mesmo. Também fui diretora executiva da AMATRA-SP de 2002 a 2004. Essa inserção na vida associativa me introduziu na vida política. Foi quando pude ter contato na representação da AMATRA de São Paulo perante outras Amatras e a Anamatra. Também me familiarizei com a vida interna da AMATRA de São Paulo, o que funciona, o que precisa, o que não estava certo, o que precisa ser melhorado. E nesse tempo todo eu posso considerar que essa experiência como advogada, juíza, somando esposa e mãe, me faz vocacionada para a carreira e me dá disposição para trabalhar pela classe. É um conjunto de fatores.

JM&T – E quais são as suas prioridades à frente da associação?

Dra. Luciana – Institucional. Essa é a prioridade, de tomar uma ação institucional ostensiva, digamos assim. E a defesa de prerrogativa, basicamente, que é a função primeira da associação e que é realmente um mote da nossa campanha. Porque é disso, de uma certa forma, que a gente sente falta hoje.

JM&T – Quais iniciativas da atual gestão devem ser mantidas e quais devem ser revistas?

Dra. Luciana – Nós temos que manter o aprimoramento do lazer, que tem sido feito pela atual gestão, mas que não é novidade, porque vem sendo feito há muito tempo. Nós temos algumas coisas para rever, realmente, porque nós da Participação Democrática fazemos uma oposição séria e responsável, e conseguimos identificar o que precisa ser revisto. Por exemplo, a forma do cumprimento das decisões da assembléia da entidade. Hoje a assembléia delibera uma coisa, mas a entidade não cumpre exatamente o que foi decidido. Dá-se a volta, mas sem descumpri-la. Não é uma questão nem de demora. É a questão da forma realmente como é enfrentado o assunto. A assembléia delibera determinada atitude e a administração contorna de uma maneira informal, negociada, de forma que sejam apaziguados os ânimos, mas sem dar a resposta que o associado queria realmente, que a base queria. Temos também necessidade de implantar e buscar impessoalidade na

administração da AMATRA-SP, buscar a intransigência na defesa das prerrogativas. Sobre esse último tema, posso dizer que hoje essa defesa tem sido feita de uma maneira muito técnica, sendo delegada a um advogado. Com isso, há prejuízo da defesa política da prerrogativa violada, defesa que tem que ser feita pela Comissão de Prerrogativas da AMATRA. A defesa técnica o advogado pode fazer, sem dúvida, mas a defesa política é a função da associação. A Comissão tem essa atribuição estatutária. Ainda sobre o que deve ser revisto, nós temos que buscar melhores condições de trabalho de uma maneira concreta, propositiva e atuante. Temos que evitar essa atuação formal. Não basta um mero requerimento, um mero ofício, para se conseguir melhores condições. Temos que ter uma atuação concreta, de envolvimento, de convencimento, de atuação junto a quem decide, aos desembargadores ou legisladores, se for o caso, às associações nacionais, ambas, a Anamatra e a AMB. É importantíssimo rever a segregação que existe hoje entre titulares e substitutos. Nós temos que unir, e a palavra associação já remete a isso, todos eles, trazendo o aposentado e o desembargador para o seio da associação, com a experiência que eles têm para contribuir com os mais novos.

JM&T – De que forma a AMATRA-SP vai aprofundar a sua representatividade entre os associados?

Dra. Luciana – Em primeiro lugar, fomentando o debate na base, com os associa-

*Juíza da 2ª Região desde 1997, Dra. Luciana Bertocco acredita que há a necessidade de maior participação dos associados da AMATRA-SP em assembleias. Para isso, a candidata da chapa **Participação Democrática** planeja uma gestão voltada às questões políticas que envolvem a atividade dos magistrados.*

dos, trazendo os temas de alta relevância nacional, regional, interestadual, quais forem, para serem debatidos amplamente. Em seguida ouvir e estar atenta às necessidades dos associados e dar fiel cumprimento ao que for deliberado. Eu entendo assim. Nós temos aí alguns exemplos de assuntos importantíssimos, como a reforma da Loman, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Nós precisamos de um debate amplo sobre isso. É um assunto que exigiria uma assembleia, um assunto da mais alta importância, inclusive com debates, e está sendo tratado de uma maneira pessoal. É preciso ouvir os associados, cumprir o que for necessário, levar isso a quem de direito, às associações nacionais, ao legislativo, e sem abrir mão de espaço político. Hoje nós temos um vácuo político que a AMATRA-2 apresenta com relação à Anamatra. Nós não podemos concordar com isso, com esse vácuo, com esse espaço político desocupado. Não se pode dispor do espaço político, sob pena de ele ser pessimamente ocupado. Essas necessidades têm que ser defendidas, independentemente da conveniência do administrador. E aí eu retomo o que falo sobre impessoalidade. Os associados de São Paulo, os juízes de São Paulo, da 2ª Região, são alijados, são alienados de tudo o que ocorre na Ana-

matra. Tivemos e temos reuniões, por imposições estatutárias, com os presidentes de todas as Amatras do país. Eles se reúnem uma vez por mês, em Brasília, na reunião da Anamatra, e deliberam. Tudo o que é deliberado lá, inclusive em nosso nome aqui - porque o nosso representante também vai e delibera - não nos é passado, nem previamente, para nós falarmos como queremos que seja o voto [da AMATRA-SP], nem posteriormente, como prestação de contas. É simplesmente uma presença formal. E tudo o que ocorre em âmbito nacional, com engajamento de inúmeras outras Amatras, a AMATRA-2 está de fora. Outro exemplo foi a Primeira Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, feita pelo TST. Não é uma atividade associativa. Há, sim, a parceria com a Anamatra, mas é uma jornada do TST. Os juízes daqui da 2ª Região não foram instados a colaborar. Essa jornada foi feita para firmar enunciados no Direito Processual e Material do Trabalho. Os juízes daqui não foram instados a participar, a contribuir, sendo que nós somos o maior pólo acadêmico do Brasil. Depois de definida com sucesso, sendo alardeada pelo TST, pela Anamatra, pelas outras regiões, nem os próprios resultados nos foram passados de maneira oficial. Foi por comentários de colegas que se interes-

saram e foram buscá-los. É importante destacar esse ponto porque os juízes aqui da 2ª Região já têm uma carga de trabalho desumana, que tem que ser vencida diariamente. O juiz não tem condição de, por si, se cientificar de todo o aparato político que corre no país, de todos os interesses institucionais. Para isso ele precisa da associação. Para guiá-lo, para orientá-lo, para mostrar determinado tema em aberto, de alta relevância. Para angariar a contribuição, firmar entendimentos. Aqui nós temos escritores e juristas. É isso que eu vejo como alijar. Evitar isso é o papel da associação.

JM&T – Como deve ser a atuação da AMATRA-SP perante a constante necessidade de avanços na estrutura e na atividade do Judiciário?

Dra. Luciana – Ostensiva. Justamente porque a associação tem mais condições, pois conta com um presidente licenciado da jurisdição, ou seja, próprio pra isso, que conta com toda uma diretoria que o apóia, que conhece a necessidade da 2ª região, da falta de estrutura humana e material, da necessidade de avanços em legislação ou encargos. Tem que ter essa participação ostensiva, propositiva, concreta, em parceria com o TRT, com a Anamatra, com a AMB. É inegável a força



“Hoje a assembleia delibera determinada atitude e a administração contorna de uma maneira informal, sem a resposta que o associado queria realmente.”

“É importantíssimo rever a segregação que existe hoje entre titulares e substitutos. Nós temos que unir e a palavra associação já remete a isso.”



política das associações nacionais e o aparelhamento político que elas têm em Brasília. Então, é preciso fazer uso de todas essas ferramentas, sem abrir mão de nenhuma. Porque aí sim, com essa coesão pode se falar de fortalecimento da representatividade da 2ª região e da força política de São Paulo e aí sim trazer mais condições, mais estrutura. Nós temos a maior arrecadação do país. Nós temos o melhor argumento. A Justiça que mais arrecada é a mais barata. Comparavelmente, em processos por número juízes, é barata demais. Em prejuízo de quem? Do magistrado da 2ª Região. Também prejudica o trabalhador, porque o prazo do processo se estende. E ainda assim não é a mais lenta. E quem assimila isso é quem trabalha aqui. Ainda assim, com a maior carga e com a estrutura não proporcional, é mais rápida do que muitas outras regiões. Isso está no site do TST, é público o dado.

JM&T – Hoje, destaca-se a necessidade da “cultura de negociação” para mitigar o número de processos e resolver mais rapidamente os conflitos. De que forma a AMATRA-SP deve se inserir nessa discussão?

Dra. Luciana – A conciliação é benéfica do ponto de vista que resolve um conflito de interesses sem a intervenção de um terceiro, pela aproximação das partes. E o juiz do Trabalho é o maior conciliador entre todas as justiças. Aqui na Justiça do Trabalho há sempre a regra da conciliação em audiências, é um ato jurisdicional indelegável. Por isso eu digo que o juiz do Trabalho é um dos maiores conciliadores. Eu o vejo bem sensível para atuar nessa mediação sem deixar que se precarize ou banalize os direitos já conquistados pelos trabalhadores após décadas de luta, com a marginalização de muitos. A AMATRA-SP, nesse papel, tem que buscar capacitar os juízes. E, para aprimoramento dessa ferramenta conciliatória, nós temos

cursos iniciais de formação de novos juízes onde o tema já foi introduzido, mas tem que ser intensificado, e também para a formação continuada dos magistrados, não só para a formação inicial. Essa é função da AMATRA-SP, que tem escola associativa, com estrutura associativa e da escola da magistratura judicial. Tem que haver novamente aí uma atuação em parceria, para capacitar juízes com mais estrutura e maior aprimoramento técnico.

JM&T – Atualmente, ganha força a flexibilização das relações trabalhistas, muitas vezes realizada à revelia da lei. Qual deve ser a posição da AMATRA-SP frente a essa questão?

Dra. Luciana – Se flexibiliza aquilo que é rígido. E isso exige que haja uma negociação. E uma negociação, para ser válida, tem que pressupor uma igualdade entre as partes negociantes. A lei trabalhista já é bastante flexível, se formos analisar do ponto de vista do direito social. Não há estabilidade, via de regra. O empregador pode estabelecer um banco de horas para não pagar hora extra. Ele pode firmar um contrato a prazo determinado. Ele pode, por negociação coletiva, aplicar uma redução salarial. Isso é previsto em lei. Então, já é bastante flexível. Essa tendência mundial da flexibilização tem que ser vista com muita reserva, porque no país não temos essa igualdade entre as partes, empregado e empregador. Nossa posição é uníssona com as demais Amatras e a Anamatra. Olhos atentos a essa tendência, pois a legislação já permite bastante flexibilidade. E esses direitos mínimos previstos em lei não podem ser flexibilizados.

JM&T – Qual é a sua posição sobre a instituição de um código de ética para a Magistratura?

Dra. Luciana – Aqui entra a Loman de novo. A idéia de um código de ética é origi-

nária do CNJ, que é um órgão de controle administrativo, de indicações políticas. Não tem legitimidade ou competência legislativa. Não pode se sobrepor à Loman, que é o regramento positivo, o regramento próprio da magistratura, já com a linha ética que o magistrado deve seguir e da qual ele não pode ou não deve fugir. Nós somos defensores da ética evidentemente, fielmente, indiscutivelmente, e deixar a normatização de um código de ética para um órgão de controle administrativo, de indicações políticas, pode violar a garantia das prerrogativas do magistrado, que é uma garantia da sociedade, a independência do juiz para ele servir bem à sociedade. Então não vemos isso como uma maneira certa de agir. O regramento de ética é previsto na Loman, lei complementar que está passando por um processo de reforma. Nós temos de acompanhar isso, é um tema de alta relevância. Não só porque atinge o direito da juíza Luciana, ou do magistrado, mas de toda a sociedade, e que está sendo discutido. É válido seu aprimoramento, já que é uma lei de 1979. Vale ser aperfeiçoada, mas pela via legislativa, pela lei complementar, não por uma normatização administrativa.

JM&T – A seu ver, como deveria se dar a articulação da AMATRA-SP com as demais entidades da Magistratura, com as outras Amatras e com a Anamatra? Essa relação, hoje, é satisfatória?

Dra. Luciana – Essa articulação, em primeiro lugar, é essencial. Como já adiantei, tem sempre que haver uma atuação conjunta, que deve ocorrer de maneira coesa. São Amatras independentes, mas possuem interesses comuns. Então, essa relação deve ocorrer de maneira a defender sempre a necessidade da 2ª Região, mas de uma maneira coordenada. Nós temos aqui as nossas necessidades, evidentemente. A associação deve colher as ne-

cessidades da base, levando-as para serem fielmente defendidas. Essa é a prioridade, buscar o apoio e o relacionamento com as Amatras e a Anamatra, mas sempre priorizando os interesses da 2ª Região. E, nesse relacionamento, o que tem que haver - nós somos a maior região do país, com o maior número de associados - é uma coordenação, uma coesão para que haja um sincronismo político, de ação. Não pode ser abandonada essa articulação. Veja aquele encontro do Sudeste, que é um outro exemplo de uma desarticulação. Nós presenciamos um fracasso no encontro das Amatras do Sudeste. São cinco Amatras, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Campinas, que é a 15ª Região. Pela primeira vez o encontro seria realizado em São Paulo e a AMATRA-2 seria a anfitriã. E foi cancelado sob um argumento fraco, que culpou a greve dos correios, sendo que já estava marcado há muito tempo esse evento. Até a véspera, não havia sido divulgada a programação científica do mesmo. Era um espaço importantíssimo para a união, para a articulação das Amatras irmãs aqui do Sudeste, que têm, se não os mesmos, interesses mais próximos, porque vivem uma realidade mais semelhante. E foi, infelizmente, desperdiçado. Eles divulgaram que foi suspenso ou adiado, não se sabe para quando. Mas tinha data, era 12 de outubro de 2007 e alguns associados já haviam pago a inscrição. Foi adiado, mas não foi dito para quando. Como se trata de um encontro que se realiza de dois em dois anos, o adiamento pode ser encarado como um cancelamento. Seria a primeira vez aqui em São Paulo e a AMATRA-SP seria anfitriã, então seria uma grande chance de estreitar os laços. E havia até uma reunião da Anamatra prevista para ocorrer aqui na época do encontro, ou seja, estariam todos aqui, seríamos o centro. Uma oportunidade excelente para ganharmos força, trocar idéias, além da Primeira Jornada, que eu já comentei.

JM&T – A senhora poderia fazer uma análise sobre a atual eleição e o processo democrático dentro da 2ª Região?

Dra. Luciana – Nós, da chapa Participação Democrática, estamos desde novembro trazendo ao associado as informações de quem são as pessoas que estão se propondo a disputar as eleições e suas propostas, quais as lutas que elas já travaram, que experiência trazem e as conquistas obtidas aqui na 2ª Região. Já apresentamos direcionamento específico para juiz substituto e aposentado. A chapa vem mostrando realmente o que tem a contribuir. Muita disposição ao trabalho, desde novembro, com informativos em dezembro, janeiro, fevereiro. Foram visitas, contatos por telefone. Não tenho como falar da chapa adversária. Mas posso observar que, apesar de ser uma chapa situacionista, só agora estão chegando as propostas para a futura gestão. As nossas estão aí desde dezembro. Sobre o envolvimento dos associados, é importante destacar que nesses últimos anos houve um sensível esvaziamento político. Muitas assembleias com poucas pessoas. E a assembleia é a melhor ocasião para se debater idéias, para se debater a questão política, ouvir a opinião contrária. Repensar, seja para afirmar sua opinião, seja contrária àquela ou não. Realmente essas opiniões têm muito a contribuir para o nosso bem-estar. E o que nós vimos nesses anos, na questão da participação nos processos democráticos, foi o esvaziamento das assembleias. Chegou-se a esse esvaziamento através do desestímulo à participação. Eu já mencionei a segregação entre titulares e substitutos. Então, há reuniões informais entre grupos de juizes, titulares ou substitutos. O que se delibera aqui é acolhido ou não pela diretoria da AMATRA-SP, o que desestimula a participação dos associados. Assim, o que deliberamos fica a critério da

administração executar ou não, sob o argumento de era uma reunião informal. Com juizes substitutos é a mesma coisa. Aí leva o assunto para uma assembleia e os poucos que comparecem já têm posições formadas. E há um desestímulo. O processo democrático, podemos dizer assim, nos últimos anos, foi desestimulado. Não é a mera realização das assembleias que garante a abertura do processo democrático, mas a instigação ao debate. O estímulo ao comparecimento. Fornecer informações objetivas ao associado e fazer com que ele sinta necessidade de discutir aquilo. E não se trata de má divulgação. Eu volto a falar da forma de cumprimento das assembleias. Seja porque saiu o resultado de uma assembleia e ela deliberou uma moção. Então a administração divulga o resultado da assembleia, divulga a moção e acrescenta um dado abaixo: "moção significa mera sugestão. Não obriga o cumprimento". Ou seja, quem foi, discutiu e quer aprovar a moção, recebe a correspondência oficial, juntamente com todos os outros, com a informação do "cumpra se quiser" da própria administração. São maneiras de desestimular a participação. A formalidade é feita, vem sendo feita, mas não basta. Tem de haver envolvimento, estímulo, para trazer o associado para o seio da associação. Não ficar meramente cumprindo seu caráter formal, criando um caráter meramente utilitarista. O associado vê na associação um lugar de festas e convênios. Não é isso. A associação é a defesa de suas prerrogativas, de suas carreiras, do Poder Judiciário, de levar o debate à sociedade, buscar as necessidades e discutir. E esse debate foi esvaziado. Eu avalio que é uma questão central nessa eleição. Posso dizer até, voltando a repetir, que nossa oposição é responsável, que o mote do nosso grupo é esse, o de verificar a necessidade de mudar isso.



“Nós precisamos de um debate amplo sobre isso [a reforma da Loman]. É um assunto que exigiria uma assembleia e está sendo tratado de uma maneira pessoal.”



DRA. SONIA MARIA LACERDA

“Nós já temos muita legislação. Os bons juízes, aqueles que gostam do que fazem, não precisam ser acuados com novos códigos de ética.”

JM&T – Na sua trajetória profissional, quais elementos a senhora considera importantes para administrar e estar à frente da AMATRA-SP?

Dra. Sonia – Considero-me apta a dirigir a maior associação de Magistrados Trabalhistas do Brasil. Formei-me em 1988 e passei na Magistratura em 1995. Permaneci sete anos como substituta e desde 2001 sou titular. Estive quase um ano no TRT, indo e vindo na 10ª turma. Foi uma experiência muito agradável, porque acrescentou muitos fatores e bagagem na minha vida profissional. Fui vice-presidente da AMATRA-SP na gestão de José Lucio Munhoz, no período 2004/2006, e Diretora de Benefícios dessa última gestão. Sete anos de substituta me fizeram perceber quais são as necessidades, os problemas e as prioridades que um substituto tem. Como titular, vivencio da mesma forma essas experiências positivas e negativas. Substituí no Tribunal, portanto também sei que nem sempre é a maravilha que todo mundo fala estar lá. Muito pelo contrário. O desembargador também trabalha muito, tem uma carga de trabalho extremamente desgastante. E temos que buscar soluções também na Segunda Instância. Só não passei pela fase de jubilada. Mas, se Deus quiser, eu hei de chegar lá. Durante esse período que estou na AMATRA-SP adquiri muita experiência de ver que eles [os jubilados] precisam muito da associação, na busca da igualdade de direitos, na participação, para trazê-los ao convívio social. Então, me considero com experiência em todas as categorias de

juízes. Ou seja: substituta, titular e desembargadora. Quanto aos jubilados também, por já ter vivenciado todos os problemas e dificuldades que eles passam. Além disso, como vice, atuei em Brasília na defesa da fixação dos subsídios. Ajudei muito e atuei na criação do projeto dos 141 cargos. Tenho vasta experiência em Brasília, abordando deputados e falando das nossas dificuldades do Judiciário. Como vice também, na ausência do dr. Lucio Munhoz, que esteve um período afastado. Atuei inclusive nas prerrogativas, que têm uma peculiaridade, que é o sigilo. Na área social e de benefícios, todos já conhecem o meu empenho, o quanto procuro fazer da melhor forma possível todos os labores que me passam e até aqueles que não são atribuições minhas. Eu tenho uma peculiaridade que é preencher lacunas, eu costumo dizer. Até aquelas que não são inerentes ao meu cargo. Mas, em mim, há uma incessante busca para ajudar, para colaborar. E quero fazer disso a maior qualidade para dirigir a AMATRA-SP com muito sucesso. Para conseguir muitos benefícios para a categoria.

JM&T – E quais são as suas prioridades à frente da associação?

Dra. Sonia – Nós temos várias propostas no nosso site e em nosso jornal. Eu não conseguiria dizer apenas uma ou outra, pois todas são prioridades. Obviamente, existem aquelas que são pontuais, que exigem uma tomada de decisão emergencial. Posso citar as institucionais, que exigem que nós come-

ceamos a trabalhar imediatamente. Um exemplo é o projeto de 141 cargos. Temos que ir a Brasília e trabalhar para sua aprovação, porque ele já chegou a ir para a pauta diversas vezes e não foi votado. Nós somos a maior região do país em número de processos e isso exige que tenhamos juízes suficientes para dar prestação jurisdicional, o que só vamos conseguir com a aprovação do projeto dos 141. Com novos candidatos — aprovados em concurso — preenchendo essas vagas. Também é essencial termos mais funcionários na Justiça. Para isso, temos alguns projetos tramitando no Congresso, que também são importantes e criam cargos de assessores e outros cargos de funcionários, pois um juiz sem seus colaboradores não conseguirá alcançar seu objetivo final, que é conceder a prestação jurisdicional. Outra prioridade são os critérios objetivos. Trazer o jubulado para o convívio social e buscar diminuir a diferença entre os juízes da ativa e os aposentados. O social, cultural e os benefícios também são relevantes. Mas considero que todo nosso programa é prioridade. As propostas foram todas pensadas com carinho. Elas foram analisadas para oferecer ao associado, ao magistrado, um trabalho mais ameno, uma justiça mais séria e com qualidade de vida para quem a exerce. Então cada proposta tem um fundo, tem um objetivo principal. Até quando falamos do social, já que recebemos críticas por dar tanta ênfase às nossas festividades. Quando elas ocorrem são momentos de união, em que conseguimos descontração os juízes, fazer com que eles convivam com

Maior união entre as diversas classes de magistrados. Essa é uma das prioridades da candidata da chapa União & Força, Dra. Sonia Maria Lacerda. Para conseguir seu objetivo, a juíza planeja melhorar a comunicação e a atuação institucional da AMATRA-SP.

outros e esqueçam a carga de trabalho que é tão pesada. Então, têm importância sim. As festas têm que ser boas, porque o nosso público é muito exigente e eles merecem qualidade. São juízes trabalhadores. São pessoas que se dedicam muito mais ao próprio Judiciário que à família, do que eu discordo. Nós temos que saber controlar tudo. Porque para se julgar bem, para equilibrar, é necessário um conjunto de fatores. É preciso estar equilibrado, é preciso estar bonito, é preciso estar de bem com a vida, com a família, esse é o objetivo, então tudo é prioridade. O associado é prioridade, a AMATRA-SP tem esse foco. O nosso maior investimento: o associado. Em todas as áreas. O social, o cultural, benefícios e o institucional.

JM&T – Quais iniciativas da atual gestão devem ser mantidas e quais devem ser revistas?

Dra. Sonia – A comunicação é uma iniciativa da atual gestão que deve ser revista. Não posso fazer críticas, porque fui da gestão até novembro, mas eu acho que faltou um pouco mais de comunicação. Eu vou dar ênfase à comunicação, porque entendo que ela mostra o que está sendo feito. E bem feito. Às vezes o silêncio dá impressão de que você está inerte, mas não é o que acontece. Eu modificaria isso, faria a comunicação

com os associados para deixá-los bem esclarecidos do que está sendo feito em prol deles mesmos, que é um trabalho sério e bem feito. Precisamos reforçar a união entre os colegas e entre as associações regionais e nacionais, e faltou um pouco mais de entrosamento. Pretendo fazer com que haja mais união no grupo. Torná-lo mais homogêneo. Porque cada vez que há mais divisões nesse grupo de magistrados, que é a associação, nós vamos enfraquecendo. E por “meu grupo”, não me refiro ao meu grupo político, que é amigo. Dentro dele pode haver opiniões divergentes, mas isso é bom e faz a diferença, pois leva aos acertos e aos erros. Quando eu falo em grupo, eu falo dos juízes, que têm que ser unidos. Temos que nos esforçar e esquecer mágoas do passado e levar a vida daqui pra frente. Buscar essa união em prol dos objetivos comuns, já que tratamos de interesses convergentes. Não pode haver dois posicionamentos só porque sou do grupo “A” e o fulano é do grupo “B”. Somos todos juízes, com interesses comuns. Se eu defender uma tese e outra pessoa defender outra tese, nós começamos a divergir e nos afastar do interesse principal. Eu vou buscar realmente a união do nosso grupo interno e também das associações nacionais, com as quais o relacionamento está um pouco abalado. Sobre o que deve ser mantido, eu destacaria a árdua

atuação no Congresso. Isso foi importante e teve início já em 2004, na gestão do José Lucio Munhoz, na qual eu era vice, e deu-se continuidade. É um grupo extremamente atuante e eu pretendo preservar isso, de atuar arduamente no Congresso Nacional na defesa de projeto que estão em andamento e propondo novos, se for necessário. Esse é um ponto muito importante das duas últimas gestões. A luta pela fixação de critérios objetivos, que teve início também na gestão do Lucio e continuou na do Gabriel também é algo a ser mantido. Farei vigilância permanente para que sejam fixados esses critérios objetivos. Foi importante também a busca da união. Tentar a aproximação com o jubilado, que se mantém um pouco afastado. Formamos sempre comissões para trazê-lo para participar. Eu quero trabalhar mais arduamente em cima disso. Na atual gestão também aperfeiçoamos a parte social, cultural e ampliamos os benefícios. Tudo de bom será mantido. E aperfeiçoaremos aquilo que não foi muito bem administrado.

JM&T – De que forma a AMATRA-SP vai aprofundar a sua representatividade entre os associados?

Dra. Sonia – A atuação institucional é muito importante. Esse é o principal ponto,



“Um exemplo [de prioridade] é o projeto de 141 cargos. Nós somos a maior região do país em número de processos e isso exige que tenhamos juízes suficientes para dar prestação jurisdicional.”

“O associado é prioridade, a AMATRA-SP tem esse foco. O nosso maior investimento é o associado. Em todas as áreas. O social, o cultural, benefícios e o institucional.”



quando há a atuação frente a projetos, a critérios objetivos e a comunicação. Considero a comunicação importante, porque é através dela que a gente mostra o que está sendo feito. Isso eu entendo que talvez seja uma falha da administração. Ela ficou em alguns pontos até sendo tida como omissa, por não mostrar o belo trabalho que estava sendo feito. Eu sei que foi feito, porque acompanhei. Então, acho uma injustiça. Como dizia o Velho Guerreiro, “quem não se comunica, se trumbica”. Na medida em que a associação atua institucionalmente, representando perante os três poderes, e administrativamente, ela já está tendo uma grande representação. Na minha opinião, representatividade é tudo isso. É a AMATRA-SP atuando em prol dos associados institucionalmente e juridicamente, fazendo cumprir as decisões tomadas em assembleias. A atual gestão foi uma das que mais realizou assembleias. Nelas, acolhemos a opinião da maioria. E fazer com que o que foi deliberado seja cumprido é obrigação da administração. O presidente da AMATRA-SP e a diretoria administrativa têm o dever de cumprir as decisões tomadas nas assembleias. E esse foi o ponto principal, a realização de assembleias para acolher a vontade da maioria. Não nessa gestão, mas na anterior, também fizemos plebiscitos. Havia matérias que não comportavam assembleias, mas que nós queríamos ter uma opinião geral sobre qual seria o posicionamento dos associados. Porque não seríamos nós, um grupo reduzido da diretoria executiva, a tomar uma decisão por toda uma comunidade. Aí fizemos plebiscitos na gestão do José Lucio para acolher a opinião da comunidade. E aplicamos o que foi decidido de acordo com a vontade da maioria. E está nas propostas que manteremos assembleias e plebiscitos, se necessário for, como forma de acolher a vontade da maioria. Para podermos colocar em prática o que a comunidade quer, o que é

melhor para todos. Muitas cabeças sabem o que é melhor para o coletivo. Procuramos manter sempre essa linha democrática pra poder fazer uma boa administração.

JM&T – Como deve ser a atuação da AMATRA-SP perante a constante necessidade de avanços na estrutura e na atividade do Judiciário?

Dra. Sonia – É muito importante a atuação da AMATRA-SP, porque passamos por recentes mudanças. Com a Emenda 45, ampliou-se a competência da Justiça do Trabalho, que já foi importante no passado porque interferiu para que não houvesse equívocos. Tanto a instituição regional quanto a Anamatra e a AMB foram bastante atuantes no Congresso. Então, acho que hoje as instituições representativas exercem uma grande influência na elaboração das leis que serão aplicadas pelos juizes. E tem que continuar, não interferindo, mas estudando, opinando e buscando a melhor aplicação da lei. É nesse aspecto que acho possível influenciar.

JM&T – Hoje, destaca-se a necessidade da “cultura de negociação” para mitigar o número de processos e resolver mais rapidamente os conflitos. De que forma a AMATRA-SP deve se inserir nessa discussão?

Dra. Sonia – A AMATRA-SP já atuou bastante e vai continuar atuando. Nós não vamos obter um resultado imediato, mas sim a longo prazo. A AMATRA-SP está colaborando para a aprovação do projeto dos 141 cargos, que traz mais 141 juizes para a Justiça. Há também os projetos de funcionários novos para o Judiciário, e também um projeto para assistente de substituto. Com a AMATRA-SP colaborando pra que esses projetos tenham um andamento e sejam aprovados, traremos para o Judiciário trabalhista material humano. E aí vamos fazer com que os processos andem mais rápido,

tenham uma solução célere e o juiz melhore sua qualidade de vida. Além disso, já teve início, no TST, uma modernização do sistema de informatização. Isso vem colaborando conosco. A AMATRA-SP tem dado apoio, orientando e auxiliando a Primeira Instância para que esse objetivo seja alcançado. Sobre a conciliação em si, não há possibilidade de a AMATRA-SP interferir diretamente. Porque não está dentro das funções da AMATRA-SP auxiliar em conciliações. Foge dos ditames estatutários. Mas, se o juiz estiver bem equipado, com pessoal qualificado e material de qualidade, ele automaticamente conduzirá as audiências com mais satisfação, rapidez e serenidade. É só nesse aspecto que a AMATRA-SP pode ajudar. Interferir diretamente nas conciliações não é possível, porque é função do juiz, que conduz as audiências. Mas, indiretamente, a AMATRA-SP supre essa lacuna, com atuação perante os órgãos competentes para que seja aparelhado o Poder Judiciário em todos os aspectos. É a única forma que a AMATRA-SP pode ajudar nas conciliações. Talvez com uma proposta para padronizar os procedimentos, mas aí seria algo meramente sugestivo, e também já vem sendo providenciado pelo TST. Dependeria de sentar em conjunto com a maioria dos juizes e ver quais são os procedimentos que colaborariam na celeridade processual. Na conciliação diretamente não daria, foge à nossa competência.

JM&T – Atualmente, ganha força a flexibilização das relações trabalhistas, muitas vezes realizada à revelia da lei. Qual deve ser a posição da AMATRA-SP frente a essa questão?

Dra. Sonia – As associações nacionais e regionais podem desenvolver um importante papel ao buscar interferir perante o legislativo. Existem vários projetos de lei que estão tramitando no Congresso e que afon-

tam os direitos dos trabalhadores. Então a AMATRA-SP pode interferir levando pareceres, fazendo uma gestão para que o parlamentar compreenda que a melhor forma de suprir a jurisdição, de dar prestação jurisdicional, não é furtando o trabalhador dos direitos que foram conquistados ao longo dos tempos. E isso é com atenção direta em Brasília, dando pareceres. É a única forma que eu acredito que a AMATRA-SP possa interferir quando a flexibilização prejudica os direitos adquiridos ao longo do tempo. E tem sido assim. É um trabalho importante. As associações têm trabalhado para que não se furte do trabalhador os direitos conquistados ao longo dos anos, que permitiram a consolidação da CLT.

JM&T – Qual é a sua posição sobre a instituição de um código de ética para a Magistratura?

Dra. Sonia – Eu sou contra. Já temos a Lei Orgânica da Magistratura que disciplina todas as regras atinentes à Magistratura, além de outras legislações em vigor. Nós já temos muita legislação. Os bons juízes, aqueles que gostam do que fazem, não precisam ser acuados com novos códigos de ética. Eu particularmente sou contra, porque acho que a legislação já é bastante ampla, já disciplina todos os direitos, deveres, obrigações e prevê punições. Essa é uma posição pessoal. Uma matéria dessa origem tem que, na minha interpretação, ser pesquisada perante os associados. Querendo ou não, abrange toda uma categoria, todos os juízes seriam atingidos. Não sei quem seria beneficiado com a instituição de um novo código de ética. Então essa é uma opinião pessoal. E para firmar uma posição da AMATRA-SP, caso hoje eu a representasse, teria que ser feita uma pesquisa, uma assembleia, talvez um plebiscito. Aí eu buscaria os meios de comunicação mais viáveis para acolher a vontade da maioria. Um assunto

de tamanha importância não pode ser decidido por um grupo tão pequeno que é uma diretoria executiva. Ou mesmo que mais ampla, com os seus adjuntos. Ele requer um questionamento bem firmado de todos aqueles diretamente envolvidos, que são os juízes da comunidade.

JM&T – A seu ver, como deveria se dar a articulação da AMATRA-SP com as demais entidades da Magistratura, com as outras AMATRAS e com a Anamatra? Essa relação, hoje, é satisfatória?

Dra. Sonia – É satisfatória. Tem que haver união. Parece ser sugestivo, mas é o que penso. Eu já imagino os juízes unidos pra um bem comum. Se as associações se unirem naquilo que convergem, seremos muito mais fortes. Então esse é um dos pontos que considero importante na minha gestão, se Deus quiser. Porei em prática a busca da união de esforços com a Anamatra e a AMB, em prol dos objetivos comuns. Acredito que a relação atual tem que ser fortalecida. As duas instituições nacionais mais relacionadas a nós que eu poderia mencionar diretamente é a AMB e a Anamatra. Mas essa relação tem que ser mais fortalecida. Acho que podemos buscar uma maior aproximação pra conseguir outros objetivos, e não só com a Anamatra e a AMB. A própria OAB, que representa os advogados, tem uma força política muito grande, que representa um grande número de aplicadores do Direito. Eles já foram os nossos parceiros, quando buscávamos objetivos comuns. E acredito que podem continuar sendo. Vamos fortalecer ainda mais essas relações, também com todas as outras associações de classe e o Ministério Público. Em alguns momentos históricos, que envolveram interesses da Magistratura, buscou-se a cooperação e a união com outras instituições, para fortalecer o grupo e conseguir atingir o objetivo final. Agora com referência à AMB e à Ana-

matra, vamos empenhar mais esforços para haver mais união. Em relação às outras Amatras, eu entendo que sempre tivemos um bom contato, uma boa relação. E quando há necessidade, quando buscamos, sempre somos muito bem acolhidos. E da mesma forma acolhemos. Então acho que a questão remete mais às instituições nacionais, com as quais falta uma aproximação maior, eu entendo.

JM&T – A senhora poderia fazer uma análise sobre a atual eleição e o processo democrático dentro da 2ª Região?

Dra. Sonia – Estatutariamente, a cada dois anos tem eleição. O grupo União & Força, do qual eu faço parte, tem feito um trabalho há quatro anos que eu considero maravilhoso. Ele revolucionou a AMATRA-SP. Revolucionou toda a atuação institucional, social, cultural e de benefícios. A democracia dentro desse grupo já teve início quando nós abrimos, a todos os cargos, a possibilidade de participar de reuniões, de opinar. A nossa democracia já se aplica internamente. Externamente, então, nem se diga. Fizemos diversas assembleias e plebiscitos ao longo dos quatro anos. Não na última gestão, mas na anterior teve plebiscito. Reuniões entre substitutos, titulares e desembargadores, também para ouvir, para congregar. Então é um grupo muito democrático e isso é importante. Porque quando reina a democracia, você erra menos. E o objetivo da União & Força, do nosso grupo, é errar cada vez menos. Obviamente que pra isso vamos buscar a união entre todos, com mais opiniões. Saber ouvir, para corrigir os erros. E essa é uma das minhas peculiaridades. Pretendo por em prática. Espero, com a ajuda de Deus, conseguir. E, por fim, considero importante gerir com democracia, humildade, amor, sabedoria e paciência. Espero que Deus me dê bastante força pra conseguir levar tudo isso à comunidade.



“A comunicação é uma iniciativa da atual gestão que deve ser revista. Às vezes o silêncio dá impressão de que você está inerte, mas não é o que acontece. Eu modificaria isso.”

Respostas da candidata à presidência da chapa União e Força, dra. Sonia Lacerda, às perguntas elaboradas pela chapa Participação Democrática.

“Nas últimas duas gestões, [a Comissão de Prerrogativas] atendeu cerca de 100 casos, sem recusar nenhum deles e sem qualquer reclamação dos que foram atendidos.”

1 - A chapa UF, em encarte da campanha de 2006, tinha como uma das suas propostas o direito de voz da AMATRA nas sessões do Tribunal Pleno. Que medidas concretas foram tomadas nesse ponto pela diretoria executiva a qual a senhora integrou? Além do requerimento formal para alteração do Regimento Interno, qual atuação política realizada? A Diretoria como um todo envolveu-se nessa questão, visitando os desembargadores do TRT para sensibilizá-los sobre o assunto? Em caso positivo, por que tais medidas não foram divulgadas aos associados?

A AMATRA-SP, pela União e Força, foi a primeira entidade regional a desfraldar o tema de participação com direito a voz nas sessões do Pleno. A “Participação Democrática”, embora tenha dirigido a entidade por 12 anos, não apresentou proposta alguma nesse sentido. A AMATRA-SP ofertou requerimento formal e apresentou memoriais aos juízes do Pleno, além de manter contatos com vários deles, divulgando sim esta luta para seus associados. A vice-presidente da AMATRA-SP, Tânia Bizarro Quirino de Moraes, na condição de membro do Pleno, ainda apresentou proposta de emenda regimental no processo de elaboração do novo Regimento Interno. No entanto, na votação, a tese foi derrotada por apenas um voto. Continuaremos nesta luta, na certeza de que a AMATRA-SP pode trazer excelentes contribuições nas matérias que digam respeito à gestão e administração do TRT/SP.

2 - Dra. Sonia Lacerda, durante sua gestão na Diretoria Executiva (biênio 2006/2008) foi elaborado, debatido e votado o Regimento Interno do nosso TRT sem qualquer participação dos juízes de Primeiro Grau na formação desse regimento. Por que a AMATRA-2 não chamou o debate de tão importante tema com seus associados de modo a propor sugestões ao Regimento Interno? Não é papel da associação fomentar esse debate?

Inicialmente podemos informar que a AMATRA-SP não dispõe de assento ou voz para participar do processo de elaboração do Regimento Interno do TRT. Não obstante, a AMATRA-SP divulgou aos seus associados que o TRT/SP estava discutindo alterações ao Regimento Interno e solicitou dos juízes sugestões para a sua elaboração, tendo encaminhado as propostas colhidas. De todos é conhecido que nas gestões da União e Força foram realizadas mais assembléias

do que nas gestões da “Participação Democrática”. Além disso, ampliamos a comunicação pelo informativo e internet, realizamos consultas, plebiscito, debates, reuniões, pesquisas etc. Rompemos o silêncio até então mantido pelas gestões da “Participação Democrática” e abrimos a entidade para a efetiva integração do associado.

3 - Durante a atual gestão a AMATRA-2, através de sua diretoria eleita, não repassou aos associados os debates nacionais e deliberações tomadas pelo Conselho de Representantes da Anamatra, alijando a Magistratura da 2ª Região de temas importantíssimos. A sra., como diretora eleita da AMATRA, quais vantagens vê para os juízes da Segunda Região com esse silêncio?

As afirmações da pergunta acima não são corretas e apresentam dados falsos. A AMATRA-SP, nas gestões da União e Força, trouxe para debate entre os associados todas as questões sugeridas pelos Conselhos de Representantes da AMB e da Anamatra, tendo como exemplos mais recentes as alterações do Estatuto da Anamatra, as propostas para a nova Loman, a campanha pela efetivação do Direito do Trabalho, entre outras. “Silêncio” existia durante as gestões da PD, quando nada se noticiava a respeito da atuação dos Conselhos de Representantes da Anamatra ou AMB. A PD omitiu-se nos debates sobre o Controle Externo do Judiciário, não realizou coleta de propostas para a Reforma do Judiciário e nem apresentou qualquer projeto de lei em prol da 2ª Região. A União e Força, ao contrário, trouxe a público as matérias institucionais de maior importância, como a discussão sobre o ATS, a reforma da Loman, a plena participação na fixação da nova lei dos subsídios, se posicionou contra o nepotismo, as questões das férias dos juízes, os principais debates nacionais e muitos outros assuntos. Além disso, foi a União e Força que apresentou o projeto dos 141 cargos de juízes substitutos, o dos 300 assistentes de juízes substitutos, conduziu as negociações para aprovação do projeto dos 700 cargos de servidores e ofertou a proposta de ampliação do quadro de desembargadores. A PD, ao contrário, em 12 anos, não apresentou um único projeto de lei em favor da melhor estrutura da 2ª Região. Pode-se facilmente observar quem dirigiu a entidade em “silêncio” e quem o fez com a efetiva atuação.

4 - A atual diretoria eleita, na defesa de prerrogativas “interna corporis”, tem se limitado

a indicar advogados cadastrados. Em recente nota, a Comissão de Prerrogativas informa não exarar parecer sobre os casos. A Sra. entende que essa é a melhor forma de atuar na questão de prerrogativas? Se o advogado trata apenas da questão técnica, como fica a defesa política da prerrogativa violada se a comissão que deveria defender se omite em formalizar a posição da associação?

Não é verdade que a comissão de prerrogativas, nas gestões da União e Força, se limita a indicar advogados. A Comissão de Prerrogativas, além de dar todo o atendimento ao associado que a procura, elabora peças em sua defesa, despacha com a Corregedoria e outros desembargadores (no caso de questões submetidas a votações) e, muitas vezes, envolve empenho pessoal do presidente da associação. Nas últimas duas gestões, com serenidade, sigilo e máximo respeito individual ao associado, sempre discutindo toda a atuação com o próprio interessado, atendeu cerca de 100 casos, sem recusar nenhum deles e sem qualquer reclamação dos que foram atendidos. Os casos que exigiram atuação institucional pública foram adotados, como no exemplo máximo do combate à lista de "inimigos da advocacia". A AMATRA-SP faz a defesa jurídica por advogado e, como já ocorrido nos inúmeros casos defendidos, a diretoria faz memoriais e realiza conversas com o TRT, mas sempre discutindo todas as ações diretamente com os interessados. Se não houve exposição pública dos casos individuais, isso se fez no interesse direto do juiz, de sua privacidade. Nas gestões da Participação Democrática foram diversos os casos de assistência que, efetivamente, foram recusados pela AMATRA-SP. A Participação Democrática, todos vimos em episódio anterior, chegou a fazer até representação criminal contra uma associada sem aval do coletivo e da própria diretoria e divulgou publicamente caso de prerrogativa individual, expondo colega que não desejava fosse seu caso levado a conhecimento de todos. Isso não faz parte da história da União e Força.

5 - A AMATRA-SP, nos últimos quatro anos, tem primado pela propositura de diversas demandas judiciais sem consulta prévia dos associados. Além disso, prioriza ações individuais ou individuais plúrimas, o que pode gerar graves distorções futuras, uns com ações procedentes, outros não. Ainda, houve a assunção de honorários advocatícios e custas sucumbenciais de valor indeterminado, onerando o patrimônio da associação sem prévia autorização assemblear. Como participante dessa diretoria como pensa sobre essa questão? Para os associados que não ajuizaram ação, porque a associação não judicializou o protesto interruptivo da prescrição de modo a zelar pelo interesse de todos? Não seria melhor o ajuizamento de uma única ação coletiva em nome da associação para evitar distorções, utilizando a força política da AMATRA-2?

As gestões da União e Força foram as mais



atuantes na defesa dos interesses dos seus associados, ingressando com ações coletivas, individuais (assistidas) ou como substituta processual. Isso é defesa efetiva dos interesses dos associados. Todas as demandas coletivas foram aprovadas pelos associados em assembleias gerais extraordinárias. Quanto às ações individuais plúrimas, é escolha de cada associado ingressar ou não com a respectiva ação, cabendo à associação a negociação das melhores condições e menos onerosas tanto para o associado quanto para a própria associação. No passado a Participação Democrática, por exemplo, não lutou pela URV, fazendo com que diversos juízes tivessem que ingressar com ações individuais, sem qualquer amparo da AMATRA-SP. Além disso, a AMATRA-SP, na gestão da Participação Democrática, chegou a contratar honorários de advogado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) somente para a defesa de um associado. As gestões da União e Força, por sua vez, em apenas quatro anos, triplicaram as reservas financeiras da entidade, o que demonstra a responsabilidade com que vem sendo gerido o patrimônio da associação. Algumas ações só podem ser propostas individualmente (ainda que plúrimas) e, nesses casos, a AMATRA-SP disponibilizou gratuitamente a assessoria jurídica, opcional aos associados. Continuaremos com esse trabalho de defesa dos interesses diretos de nossos associados. Por fim, lamentamos o tom agressivo das perguntas formuladas e a inclusão de alguns dados falsos nas mesmas.

“As gestões da União e Força foram as mais atuantes na defesa dos interesses dos seus associados, ingressando com ações coletivas, individuais ou como substituta processual. Isso é defesa efetiva dos interesses dos associados.”

Respostas da candidata à presidência da chapa Participação Democrática, dra. Luciana Bertocco, às perguntas elaboradas pela chapa União e Força.

“A Participação Democrática desde sempre defendeu o acesso à carreira da Magistratura pelo meio democrático do concurso público. Por isso lutou, aberta e firmemente, contra a representação classista.”

1 - Qual o posicionamento da chapa PD sobre o Quinto Constitucional?

A exemplo do que defende a AMB, de cuja diretoria o colega José Lucio Munhoz é vice-presidente, a “Participação Democrática” entende que o principal argumento de sustentação do quinto constitucional perdeu sentido. A PD desde sempre defendeu o acesso à carreira da Magistratura pelo meio democrático do concurso público. Por isso lutou, aberta e firmemente, contra a representação classista, até sua extinção em 1999, pela emenda constitucional 24. A razão antes existente para a participação da sociedade, pelas representações do quinto (MP e OAB) nos tribunais brasileiros exauriu-se com a instituição do CNJ, que é órgão de âmbito nacional que conta com a participação expressiva da OAB e do Ministério Público.

No CNJ verifica-se efetivamente a oxigenação e a democratização que justificavam a manutenção do quinto, sobretudo em razão de fixação de mandatos para os seus membros. É necessária a extinção do acesso aos tribunais pela figura do Quinto Constitucional, o que defendemos, ao lado da Anamatra e AMB, sem qualquer demérito aos ilustres representantes destas agremiações que hoje compõem a Justiça do Trabalho.

2 - Considerando-se que diversos candidatos a cargos da Diretoria Executiva da chapa PD apoiaram a cobrança de aluguel da AMATRA-SP pelo TRT e, inclusive, votaram a favor de tal cobrança em assembléia geral e que o maior defensor desta cobrança, na época, foi o atual candidato a vice-presidente, Maurício Marchetti, a chapa, se eleita, acatará a notificação recebida recentemente do TRT para pagamento de aluguel ou dará andamento às medidas de oposição já iniciadas pela atual Diretoria?

A questão, submetida à assembléia, foi

decidida. A PD, como fez historicamente, dá estrito cumprimento às decisões do coletivo, ainda que isto não se coadune com as idéias defendidas, individualmente, por seus integrantes.

As decisões de assembléia prevalecerão, o que significa que as medidas já tomadas pela atual gestão da AMATRA serão mantidas, até o final, com vistas ao cumprimento democrático do quanto decidiram os associados. O que deve ser esclarecido ao associado é que o TRT deu cumprimento à determinação do TCU, sob pena de responsabilidade pessoal do administrador público, e há também o risco de que seja proposta ação judicial contra a AMATRA-2 em virtude de representação do Ministério Público Federal, exigindo o pagamento.

3 - Se a chapa PD entende ser importante a atuação em parceria com a AMB para agregar forças na defesa dos interesses convergentes, como se justifica a abstenção de todos os integrantes da Diretoria Executiva que ora se apresenta na última eleição da AMB?

A abstenção numa eleição é uma forma de manifestação política, no sentido de que nenhuma das duas chapas apresentou propostas de interesses específicos da Magistratura Trabalhista. A representante dos magistrados do Trabalho, por excelência – como já reconheceu até mesmo o Supremo Tribunal Federal, ao recusar a participação como *amicus curiae* da AMB em processo no qual se discutiam questões atinentes à Magistratura do Trabalho – é a Anamatra. Historicamente, quadro que não se alterou de forma significativa nos últimos quatro anos, a AMB não considera relevante a opinião ou a participação dos trabalhistas. Seu regime de representação – oposto ao da Anamatra – por “número de associados”, deixa sem voz ativa, nas deliberações, os magistrados do Trabalho, que não são mais do que 3.800 num universo de mais de

13.000 associados da AMB.

O que a AMB fez nos últimos anos pela Magistratura do Trabalho? Aliás, nos últimos dois anos tivemos um colega da 2ª Região ocupando o cargo de maior importância para a Justiça do Trabalho na AMB. Ainda assim, sempre que for do interesse da Magistratura da Segunda Região – não de um ou outro de seus juízes – a AMATRA de São Paulo não se omitirá, participando e lutando ao lado da AMB.

4 - A Chapa PD é favorável à busca de patrocínio para minimizar os valores dos eventos realizados para o associado e torná-los mais atrativos, procedimento utilizado pelas associações regionais e nacionais, como a Anamatra e a AMB?

Sim, desde que haja transparência. Ao contrário do que determina o Estatuto da AMATRA, os balanços da atual gestão não vieram a público até as vésperas da abertura do processo eleitoral, embora fosse esse um tema prometido durante a campanha eleitoral do último período.

E os balancetes de agosto a dezembro de 2007 não foram publicados. A PD, no entanto, tem convicção de que os patrocínios devem ser decididos pela coletividade, não sendo admissíveis aportes de dinheiro de instituições que guardem interesse direto na atuação da Magistratura. No último encontro anual da gestão Olívia, uma empresa de consórcios de veículos ofereceu patrocínio, o que foi negado, peremptoriamente, quando se constatou que ela era ré em várias dezenas de processos trabalhistas. Aplicar os patrocínios, sempre que os cofres da associação não derem conta de eventos científicos, é medida que será adotada pela AMATRA-2, sob gestão da Participação Democrática.

De quem e para quê receber patrocínio é decisão que se reserva a uma diretoria que pretenda proteger seus associados de inconvenientes aproximações com terceiros interessados, como casas de câmbio, por exemplo.

5 - A direção da Escola de Magistratura deveria ser renovada juntamente com a direção do TRT, evitando-se reconduções?

Neste tópico, conveniente a consulta ao art. 189 do Regimento Interno do TRT. A conformação da estrutura da Escola da Magistratura da 2ª Região decorre do regimen-



to recém aprovado pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, o que se deu sem a participação ativa dos juízes da Primeira Instância, ante evidente omissão da diretoria atual da AMATRA. A omissão fez com que perdêssemos a oportunidade de defender a presença de um representante associativo na direção da Escola – hoje a AMATRA não participa da Escola Judicial, por ausência de previsão regimental.

Quanto ao critério de nomeação, o Regimento Interno (artigos 188 a 191) prevê eleição, pelo Tribunal Pleno, de desembargadores aos cargos de diretor e vice-diretor, por período de 2 (dois) anos, sendo possível uma recondução.

A eleição da diretoria e do conselho se dá na eleição dos cargos diretivos do TRT. A alternância está garantida. O critério de acesso parece bom, lamentável, apenas, a ausência da AMATRA-2, tão importante na formação do magistrado. Cumprir, primeiro, o regimento atual e, ao lado disto, lutar pela constante democratização das escolas da magistratura, inclusive com ativa participação na Escola Nacional, por meio da Anamatra e AMB, é objetivo claro da chapa que se apresenta à disputa eleitoral do biênio 2008-2010.

“Historicamente, a AMB não considera relevante a opinião ou a participação dos trabalhistas. Seu regime de representação por ‘número de associados’ deixa sem voz ativa os magistrados do Trabalho.”

CHAPA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

DIRETORIA EXECUTIVA

LUCIANA CARLA CORRÊA BERTOCCO

– PRESIDENTE

- Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Presidente Prudente da Instituição Toledo de Ensino em dezembro de 1994
- Aprovada em Concurso para Magistratura do Trabalho da 2ª Região
- Posse no cargo de Juíza do Trabalho Substituta em 4/6/1997, permanecendo no cargo por 9 anos e 3 meses
- Eleita Diretora Social da AMATRA II no biênio 2002/2004
- Promovida ao cargo de Juíza Titular da 65ª VT de São Paulo em 4/9/2006, pelo critério de merecimento
- Pós graduada em Direito Canônico com a tese "Origens e evolução da figura do Juiz" pelo Instituto de Direito Canônico "Pe. Dr. Giuseppe Benito Pegoraro" da Pontifícia Universidade Lateranense de Roma – Itália

MAURICIO MARCHETTI

– VICE-PRESIDENTE

- Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo em 1996
- Servidor do TRT da 2ª Região de novembro de 1993 a abril de 1999
- Juiz do Trabalho Substituto na 18ª Região (Goiás) de abril a dezembro de 1999
- Juiz do Trabalho Substituto da 2ª Região desde 17 dezembro de 1999
- Mestrando em Direito do Trabalho pela PUC-SP
- Titular da Comissão de Prerrogativas da AMATRA II no biênio 2002/2004
- Diretor de Benefícios da AMATRA II de 2003 a março de 2004

VALÉRIA NICOLAU SANCHEZ

– DIRETORA SECRETÁRIA

- Bacharel em Letras pela Universidade de São Paulo (1989)
- Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (1994)
- Ingresso no TRT 02ª Região em 04/04/1991 como servidora
- Aprovada no XVII Concurso para Juiz do Trabalho Substituto deste regional (26/10/1995)
- Promovida a Juíza Titular da 66ª VT/SP em 19/12/2002

MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS

– DIRETOR FINANCEIRO

- Formado em Direito pela FMU em 1993
- Pós-graduado pela PUC/SP, conclusão em dezembro de 2003
- Advogado militante na área trabalhista de 1994 a 2004
- Juiz do Trabalho Substituto desde novembro de 2004

MAURÍCIO MIGUEL ABOU ASSALI

– DIRETOR CULTURAL

- Juiz do Trabalho Titular da 1ª VT/SP desde 31/5/2005
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 6/3/1996
- Graduado e pós-graduado em nível de Especialização em Direito do Trabalho na Universidade de São Paulo – USP
- Professor Universitário desde 1995 (UNIP – Universidade Paulista e UNIB – Universidade Ibirapuera) e do Curso de Preparação para Concurso na Magistratura "Robortella"
- Membro do Conselho Fiscal da AMATRA II no biênio 1998/2000
- Membro da Comissão de Prerrogativas da AMATRA II no biênio 2000/2002

GRAZIELA EVANGELISTA MARTINS

– DIRETORA SOCIAL

- Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás (1999)
- Servidora Pública do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, de janeiro de 1998 a julho de 2.002, lotada na função de assistente do Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO

- Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho pela Universidade Federal de Goiás (turma 2000/2001)
- Juíza do Trabalho do TRT da 2ª Região desde 17 de julho de 2002
- Aluna do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo desde março de 2006

MARIA CRISTINA FISCH

– DIRETORA DE BENEFÍCIOS

- Bacharel em Direito, em Santos, na antiga Faculdade Católica
- Ingressou na Justiça do Trabalho, como servidora, em julho de 1978, tendo trabalhado nas 12a.JCJ/SP, 1a. JCJ de Cubatão e um ano como Diretora de Secretaria na 1a. JCJ de Santos (1984/84), e mais três anos na Corregedoria do TRT
- Cursou a primeira turma da Especialização em Direito do Trabalho na Faculdade do Largo de São Francisco (1986/87)
- Aprovada no XI Concurso na Magistratura, em 4º lugar, tendo tomado posse em 1988
- Juíza Titular da 39ª JCJ por um ano, da atual 21ª VT de 1994 até 2006, e, atualmente, da 81ª VT da Capital. Atualmente, convocada pelo Tribunal (11ª Turma)
- Em 2007, foi agraciada com a Ordem do Mérito Judiciário do TRT da 2a. Região

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

TITULARES

JOSÉ RUFFOLO

- Formado em Direito pela PUC/SP em 1970
- Juiz do Trabalho desde agosto de 1986
- Membro do Conselho Fiscal da AMATRA II na gestão 1996/1998
- Membro da Comissão de Prerrogativas da AMATRA II na gestão 1998/2000
- Desembargador Federal da 2ª Região desde 28/2/2005

MAURÍLIO DE PAIVA DIAS

- Cursou faculdade de Direito em São Paulo pela FMU, formando-se em 1992
- Servidor deste Regional desde fevereiro de 1991
- Ingressou na Carreira como Juiz Substituto em outubro de 1995
- Tomou posse como Juiz Titular da 55ª VT/SP em 19/12/2002

HELDER BIANCHI FERREIRA DE CARVALHO

- Formado em Direito pela UNAERP em 1988
- Técnico em informática de 1987/1995
- Advogado de 1995/2000
- Aprovado no Concurso para Magistratura do Trabalho, empossado no cargo Juiz do Trabalho Substituto em 11/9/2000

SUPLENTE

LAURO PREVIATTI

- Formado em Direito pela USP, Faculdade do Largo São Francisco, em 1964
- Servidor do TRT da 2ª Região de 1960 até 1971
- Advogado militante na área sindical por 14 anos
- Juiz do Trabalho desde janeiro de 1985
- Promovido a Juiz Titular da 1ª VT de São Bernardo do Campo
- Promovido a Desembargador Federal da 2ª Região em junho de 2002

CLAUDIA MARA FREITAS MUNDIM

- Bacharel em Direito em 1989 pela Faculdades Integradas de Uberaba, Minas Gerais
- Aprovada em Concurso para a Magistratura do Trabalho da 2ª Região, empossada no cargo de Juíza Substituta em 6/7/1994
- Membro da Comissão de Prerrogativas da AMATRA II no biênio 1996/1998
- Promovida ao cargo de Juíza Titular da 76ª VT/SP em novembro de 1999

SANDRA MIGUEL ABOU ASSALI BERTELLI

- Formada em Direito pela Universidade de São Paulo (Largo São Francisco), em 1997.
- Advogada militante até 2003

- Juíza do Trabalho desde agosto/2005
- Mestranda pela PUC
- Professora Universitária (UNIB) nos anos de 2000 a 2004

CONSELHO FISCAL

TITULARES

CRISTINA OTTONI VALERO

- Contabilista, pelo Colégio Estadual Prof. Camargo Aranha, formada em 1974
- Bacharel em Direito, pela Universidade Brás Cubas, formada em 1985
- Trabalhou em entidade Sindical profissional e na iniciativa privada desde 1970 até Ingressar no serviço público como funcionária do TRT /2ª Região, em 1981
- Aprovada no XIII Concurso para a Magistratura do Trabalho em 1990
- Juíza Substituta até 1993
- Promoção a Juíza Titular da 50ª VT/SP, permanecendo de dezembro/93 a dezembro/94
- Titular da 54ª VT/SP de dezembro/94 até julho/2003
- Juíza convocada, atuou na 1ª Turma do TRT/2ª Região, entre janeiro/2002 e julho/2003
- Aposentada desde julho/2003

ADRIANA PRADO LIMA

- Bacharel em Direito pela USP, Faculdade de Direito do Largo São Francisco, formada em 1994
- Aprovada em Concurso para Magistratura do Trabalho da 2ª Região, empossada no cargo de Juíza do Trabalho Substituta em outubro de 1995
- Promovida ao cargo de Juíza do Trabalho Titular em dezembro de 2002, atualmente Titular da 52ª VT/SP

FLÁVIO ANTÔNIO CAMARGO DE LAET

- Escrevente Técnico – Judiciário – TJ/SP 3ª Vara Cível de Guarulhos – São Paulo - de 05/09/1989 até 28/05/1991
- Oficial de Justiça – TJ/SP - 2ª Vara Cível de Santana de 29/05/1991 até 07/08/1994
- Delegado de Polícia – SSP/SP - 8ª Distrito Policial de Guarulhos – Cumbica – de 08/08/1994 até 03/12/1994
- Juiz do Trabalho Substituto - Tribunal Regional do Trabalho – 24ª Região/MS - de 16/04/1999 até 27/11/2001;
- Juiz do Trabalho Substituto - Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região/SP - de 28/11/2001 até a atualidade.

SUPLENTE

PAULO DIAS DA ROCHA

- Formado em Direito pela PUC/SP em 1972
- Juiz do Trabalho da 2ª Região de 1986 a 1998, quando se aposentou na Presidência da 20ª VT/SP
- Atualmente é advogado militante
- Membro do Conselho Fiscal da AMATRA II na gestão 1994/1998
- Vice-Presidente da AMATRA II na gestão 1996/1998

KIONG MILEE

- Formada em Direito pela USP em 1985
- Juíza do Trabalho da 2ª Região desde junho de 1990
- Promovida a Juíza Titular, atuou na 59ª VT/SP, 3ª VT/Santos e na 6ª VT/Santos
- Atualmente é Juíza Titular da 1ª VT/São Vicente desde agosto de 2002

CARLOS EDUARDO T. DE S. DUARTE SAAD

- Formado em Direito pela Universidade Paulista, em 2002
- De 1999 a 2002 atuou como estagiário de Direito
- De 2003 a 2006 exerceu a advocacia consultiva e contenciosa
- Aprovado no XX Concurso para a Magistratura do Trabalho da 15ª Região, tomando posse no cargo de Juiz Substituto em 6 de setembro de 2006
- Em maio de 2007 foi transferido por permuta para o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
- Publicou, em co-autoria, na Revista LTR, 69-09, de 2005, o artigo "Direito de Greve e o Direito à Prestação Jurisdicional da Justiça do Trabalho: Paralisação de Empresa que Desenvolva uma Atividade não Essencial à Sociedade".

CHAPA UNIÃO E FORÇA

DIRETORIA EXECUTIVA

SONIA MARIA LACERDA

– *PRESIDENTE*

- Juíza do Trabalho aprovada no XVI Concurso da Magistratura do Trabalho de São Paulo em 1995
- Obteve a titularidade no ano de 2001 pelo critério de merecimento
- Atualmente é Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Osasco
- Substituiu no TRT tendo integrado a 10ª Turma
- Exerceu a Advocacia de 1988 a 1995
- Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Mackenzie-SP
- Vice-Presidente da AMATRA/SP (biênio 2004/2006)
- Diretora de Benefícios da AMATRA/SP eleita para o biênio 2006/2008

THIAGO MELOSI SÓRIA

– *VICE-PRESIDENTE*

- Diretor Secretário da AMATRA/SP eleito para o biênio 2006/2008
- Juiz do Trabalho Substituto desde 2004
- Exerceu a advocacia de 2000 a 2004
- Especialista em Direito do Trabalho
- Mestrando em Direito do Trabalho pela USP

LIBIA DA GRAÇA PIRES

– *DIRETORA SECRETÁRIA*

- Juíza do Trabalho Substituta na 2ª Região desde 2000
- Ingressou na Magistratura em 1997, na 9ª Região
- Servidora da Justiça do Trabalho de 1990 a 1997
- Mestre em Direito do Trabalho pela USP
- Especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela UNICAMP
- Doutoranda em Direito do Trabalho pela USP

RONI GENICOLO GARCIA

– *DIRETOR FINANCEIRO*

- Juiz do Trabalho Aposentado como Titular da 2ª Vara do Trabalho do Guarujá
- Doutor em Direito Econômico pela USP
- Mestre em Administração pela FEA-USP
- Especializando em Direito Social
- Bacharel em Administração
- Autor do livro "Manual de Rotinas Trabalhistas", publicado pela Editora Atlas
- Membro do Conselho Fiscal da AMATRA/SP no biênio 2006/2008

LIANE CASARIN SCHRAMM

– *DIRETORA SOCIAL*

- Juíza Titular da 85ª Vara do Trabalho da Capital
- Ingressou na Magistratura em 1996
- Exerceu a advocacia de 1989 a 1995
- Ministrou aulas na Escola Superior da Advocacia da OAB/RS
- do Conselho Fiscal da AMATRA/SP no biênio 2004/2006

MARIA CRISTINA C. TRENTINI

– *DIRETORA DE BENEFÍCIOS*

- Juíza Titular da 29ª Vara do Trabalho da Capital
- Ingressou na Magistratura, na 9ª Região, em 1994, e na 2ª Região, por novo concurso público, em 1995
- Diretora do Fórum Ruy Barbosa desde 2004

GÉZIO DUARTE MEDRADO

– *DIRETOR CULTURAL*

- Juiz do Trabalho Aposentado como Juiz Titular da Vara do
- Trabalho de Santo André
- Ingressou na Magistratura em 1987
- Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP
- Realizou extensão universitária em Francês instrumental pela PUC/SP
- Realizou extensão universitária em Direito Tributário pela USP
- Autor de artigos de periódicos e obras científicas publicadas em diversos congressos
- Membro de bancas examinadoras de dissertações de mestrado e teses de doutorado
- Professor da PUC/SP, tendo exercido o magistério em diversas universidades
- Membro de diversas instituições de Direito Social e do Trabalho, nacionais e estrangeiras
- Vice-Presidente da AMATRA/SP no biênio 1994/1996
- Diretor Social da AMATRA/SP no biênio 1992/1994
- Diretor Adjunto de Comunicações nos biênios 2004/2006 e 2006/2008
- Criador do Jornal "Magistratura & Trabalho" publicado bimestralmente pela AMATRA/SP, com circulação nacional

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

TITULARES

LUIS CARLOS GOMES GODOI

- Juiz do TRT da 2ª Região, membro da 2ª Turma e da 1ª SDI
- Ingressou na Magistratura como Juiz Substituto em 1981
- Juiz convocado do TST de agosto de 2004 a junho de 2007
- Membro de bancas de concursos para ingresso da Magistratura
- Doutor em Direito pela USP
- Mestre em Direito pela USP
- Professor da Universidade Santa Cecília, em Santos
- Membro de bancas de mestrado e doutorado na USP, PUC e UNISANTOS

RICARDO DE QUEIROZ TELLES BELLIO

- Juiz Titular da 86ª Vara do Trabalho da Capital
 - Ingressou na Magistratura em 1996
 - Mestre em Direito Internacional pela Universidade de Chicago
 - Mestre em Direito Processual Civil pela USP
 - Graduado em História pela USP
 - Foi professor na FMU e na UNIP
- #### LÍGIA DO CARMO MOTTA
- Juíza do Trabalho Substituta desde 2000
 - Pós graduada em Direito Civil e Direito Processual Civil.

SUPLENTE

JOSE BRUNO WAGNER FILHO

- Juiz Titular da 6ª Vara do Trabalho de Guarulhos
- Ingressou na Magistratura em 1996
- Servidor do TRT da 2ª Região de 1988 a 1996
- Membro do Conselho Fiscal da AMATRA/SP no biênio 2004/2006

JUCIREMA M. GODINHO GONÇALVES

- Juíza do TRT da 2ª Região,
- Integrante da 2ª Turma e da SDI-5
- Ingressou na Magistratura em 1991.
- Diretor Adjunto da AMATRA/SP no biênio 2006/2008.

ANTONIO PIMENTA GONÇALVES

- Juiz do Trabalho substituto
- Graduado em Direito e História
- Ingressou na magistratura em 1999
- Participa de congressos e seminários proferindo palestras

CONSELHO FISCAL

TITULARES

ROGÉRIO MORENO DE OLIVEIRA

- Juiz Titular da 2ª Vara de Osasco
- Ingressou na Magistratura em 1997
- Bacharel em Ciência com habilitação em Matemática
- Juiz do Trabalho Substituto
- Ingressou na Magistratura, na 15ª Região, em 1996, e realizou permuta para a 2ª Região em 2000

LUIS PAULO PASOTTI VALENTE

- Juiz do Trabalho Substituto
- Ingressou na Magistratura, na 15ª Região, em 1996, e realizou permuta para a 2ª Região em 2000

RUBENS TAVARES AIDAR

- Presidente do TRT/SP no biênio 1994/1996
- Juiz do Trabalho Aposentado
- Membro da Comissão de Atividade para Assuntos Legislativos

SUPLENTE

MARIA APARECIDA

NORCE FURTADO

- Titular da 8ª Vara do Trabalho da Capital
- Juíza do trabalho desde 1994, aprovada em concurso público na 12ª Região
- Tomou posse no TRT da 2ª Região como Juíza substituta em 1998
- Especializando em Direito Social

MAURO SCHIAVI

- Juiz do Trabalho Substituto desde 2001
- Mestre em Direito do Trabalho
- Pós-graduado em Direito Processual do Trabalho
- Professor do Curso de Pós-Graduação da Escola Paulista de Direito e do Curso Robortella
- Autor de diversos livros e artigos publicados em periódicos, sendo Colaborador Permanente da Revista LTr e do Suplemento Trabalhista da LTr

ELZA MARIA LEITE

ROMEU BASILE

- Juíza do Trabalho Substituta desde 2006
- Servidora do TRT da 2ª Região por vinte anos, de 1986 até 2006

ENSINO	LAZER & CULTURA	ESTÉTICA & SAÚDE	DIVERSOS
 COLÉGIO BATISTA BRASILEIRO Desconto de 25% em matrículas e mensalidades. www.batistabrasileiro.com.br	 CINEMARK Ingressos a R\$ 9,00. Vendas na AMATRA-SP	 B I O R I T M O ACADEMIA Descontos de 15% a 30% para juizes e dependentes. - www.bioritmo.com.br	 Banco Cruzeiro do Sul Taxas de mercado para crédito consignado em folha. Consultem as condições. Tels.: (11) 3331-0222/3224-8152/7206-7966 (Silvana).
 Mackenzie Desconto de 10% nos cursos de extensão e pós e até 25% para filhos de associados. - www.mackenzie.br	Descontos e vantagens no passaporte. Vendas na AMATRA-SP Telefones: 2137-7200/3082-9772 www.aquariodesaopaulo.com.br	 CEDIPI Atendimento diferenciado e aplicação de todas as vacinas. www.cedipi.com.br	Descontos diversos. Tel.: (11) 3334-7300/9265-2869 (Nadir)
 FADISP Desconto 25% para familiares de associados nos cursos de graduação. Tel.: (11) 3061-0212 - www.fadisp.com.br	 LTR Desconto de 35% na compra de livros. www.ltr.com.br	 CONAP Desconto de 20% nos tratamentos. www.conapodontio.com.br	 Fontana Seguros Corretora de Seguros
 Cultura Inglesa Desconto de 5% em vários cursos. www.culturainglesasp.com.br	 TRANSAMERICA Oferece aos associados tarifas especiais. Reservas: (11) 5547-1166/0800-0124400 reservas@transamericaflats.com.br www.transamericaflats.com.br	 VIDYA YOGA Sacred Philosophy Desconto de 20% nas mensalidades. Tels.: (11) 3801-3522 ou 6605-8319.	 Saeco Desconto de 15% na compra de máquinas modelos "superautomáticas". Tels.: (11) 3392-2424/3244-3333
 IEDEC Instituto Educacional Dr. Eneás Couto Desconto de 20% nos cursos de capacitação profissional. www.iedec.net	 POUSADA MARLIN Localizada à beira-mar com visual paradisíaco de uma das praias mais belas do Brasil, a praia da Pipa - Tibau do Sul/RN. Desconto de 15% para associados. Reservas: (84) 3246-2219/3246-2127. www.pousadamarlins.com.br	 EVIDENCE Desconto de 20% de desconto no valor dos procedimentos médicos, 40% no valor da consulta. Tel.: (11) 5053-9813 www.clinicaevidence.com.br	 DECANTER Desconto 18% sobre os preços do catálogo vigente. Tel.: 3074-5454 - www.decanter.com.br
 FGV online Desconto de 15% no curso de especialização à distância. "Excelência em Gestão para Profissionais da Justiça".	 KUXA Descontos e vantagens no passaporte. Vendas na AMATRA-SP	 Volpe Desconto de 50% nas consultas e 15% nos tratamentos dermatológicos. Tel.: (11) 3889-9582 www.clinicavolpe.com	 GREGORY Desconto de 5% na etiqueta e mais 5% em compras à vista. - www.gregory.com.br
 Centro de Extensão Universitária Associados da AMATRA-SP e seus dependentes terão 10% de desconto nos cursos na área de Direito, oferecidos regularmente pelo CEU. - www.ceu.org.br	 HOPi HARI Desconto de 50% no passaporte do magistrado, bastando identificar-se nas bilheterias do Parque. www2.uol.com.br/hopihari/index_flashOK.htm	 TURISMO Steel Viagens e Turismo Ltda Preços especiais para associados. Telefone 4508-4922/4508-4924. E-mail: steel.viagem@terra.com.br	 PROCIMAR CINE - VIDEO Descontos exclusivos 10% a 15% em todos os serviços. Entregas, verificar taxa. Tel.: (11) 3873-5888 - www.procimar.com.br
 Faculdade de Direito Damásio de Jesus Desconto de 15% em mensalidades e matrícula. www.fddj.damasio.edu.br	 SHOPPING ELDERADO Passaportes a preços especiais. Vendas na AMATRA-SP.	 VIP LAVANDERIA Desconto de 10% em todos os serviços. www.viplavanderia.com.br	 GABRIELLA Descontos de 10% em qualquer forma de pagamento. www.gabriellacalçados.com.br
INGLÊS INSTRUMENTAL JURÍDICO Preparatório para provas de Mestrado e Doutorado. Tel.: 9137-8227 (Alberto)			 Congelados Sabor & Vida Descontos de 15% a 25% nos pratos. www.congeladossaborevida.com.br

CIRCULAÇÃO NACIONAL

JORNAL MAGISTRATURA & TRABALHO

Órgão Oficial da Associação dos magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região

ANO IX - Nº 69 - Edição Especial Eleições/2008
AMATRA II (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região - Grande São Paulo e Baixada Santista).
 Av. Marquês de São Vicente, 235 - B - 10º and. - Barra Funda
 01139-001 - São Paulo - SP

Impresso Especial
 7220361900-DR/SPM
 AMATRA
 ...CORREIOS...

